



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

JOANDERSON DE OLIVEIRA GOMES

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA: A ESCOLA E SUA
FUNÇÃO SOCIAL**

GUARABIRA – PB

2020

JOANDERSON DE OLIVEIRA GOMES

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA: A ESCOLA E SUA
FUNÇÃO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação do Curso de Pós-graduação em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.

Área de concentração: Educação, pobreza e desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Raquel de Oliveira França.

GUARABIRA – PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633c Gomes, Joanderson de Oliveira.
Construção histórico-social da pobreza [manuscrito] : a escola e sua função social / Joanderson de Oliveira Gomes. - 2020.
55 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.
"Orientação : Profa. Ma. Ana Raquel de Oliveira França , Departamento de Educação - CH."
1. Educação. 2. Pobreza. 3. Desigualdade social. I. Título
21. ed. CDD 370.1

**CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA: A ESCOLA E SUA
FUNÇÃO SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de do Curso de Pós-graduação em Educação e Políticas Públicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III), como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação e Políticas Públicas.


Área de concentração: Educação, pobreza e desenvolvimento.

Aprovada em: 01/10/2020

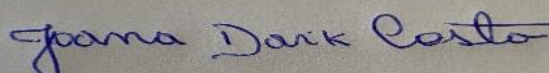
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ma. Ana Raquel de Oliveira França (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Joana Dar'k Costa (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Para isto, contudo, é preciso que
creiamos nos homens oprimidos. Que
os vejamos como capazes de pensar
certo também. (Paulo Freire)*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre algo importante e que jamais deve ser esquecido. Começo agradecendo ao Eterno por me oportunizar espaços de crescimento profissional e pessoal e por sempre guiar meus passos.

Ao meu noivo, Ronaldo Nascimento, pela compreensão, carinho e por apoiar meus sonhos, obrigado;

Aos professores da Pós-Graduação em Educação e Políticas Públicas, por todos os conhecimentos compartilhados nessa especialização;

Aos amigos de curso, em especial a Jardel Trindade, com quem aprendi tantas coisas no decorrer desta caminhada, vocês colaboraram muito nesse processo;

A minha orientadora, Ana Raquel de Oliveira França, pela gentileza em aceitar orientar este trabalho, pela atenção, cuidado e dedicação, aprendi muito no decorrer das trocas de e-mail, mesmo em meio a uma pandemia sempre esteve atenta as minhas dúvidas e de fato esteve lado a lado comigo na construção dessa pesquisa, obrigado;

Ao Prof. Marcelo Saturnino da Silva, por aceitar compor a banca examinadora deste trabalho, obrigado;

A Profa. Joana Dar'k Costa, pela gentileza em compor a banca examinadora deste trabalho, obrigado;

A Universidade Estadual da Paraíba, por oportunizar espaços como esses, de debates, reflexões e aprendizados.

RESUMO

Este trabalho é fruto de minha experiência enquanto tutor no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na modalidade EAD. A partir dessa experiência algumas indagações foram surgindo na minha caminhada acadêmica, a saber: Que diálogo a escola tem estabelecido com as vivências da pobreza? Quem são os alunos que frequentam nossas escolas? O que o currículo escolar tem como possibilidade de enfrentamento a pobreza? O presente trabalho tem como finalidade compreender a relação entre educação e pobreza a partir da escola. Para tanto foi analisado a literatura que trata da construção histórico-social da pobreza, assim como também se observou a relação entre modelos educacionais e os tipos de sociedade vigente, refletindo sobre a função social da escola pública presente nas políticas públicas de educação. Nesse sentido se discutiu a função social da escola, em uma perspectiva de uma educação que se pretenda emancipadora e transformadora da realidade. No decorrer deste estudo foi possível observar como popularmente se naturalizou o conceito de pobreza e como se faz necessário se desnaturalizar definições e visões moralizantes sobre aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. A alternativa metodológica utilizada para responder as demandas deste estudo foi a revisão bibliográfica, onde foi analisado alguns textos, livros, teses e dissertações que versavam sobre a temática aqui abordada. O presente trabalho se justifica pela constatação da persistente existência da pobreza em nosso país, que tem efeito direto na vida de cada sujeito. Grosso modo, a pobreza existe, e não podemos ignorá-la.

Palavras-chave: Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

ABSTRACT

This work is the result of my experience as a tutor in the Education, Poverty and Social Inequality Improvement Course, offered by the Federal University of Paraíba - UFPB, in distance learning mode. From this experience, some questions arose in my academic journey, namely: What dialogue has the school established with the experiences of poverty? Who are the students who attend our schools? What does the school curriculum have as a possibility to face poverty? This paper aims to understand the relationship between education and poverty from school. For this purpose, the literature on the social-historical construction of poverty was analyzed, as well as the relationship between educational models and the types of society in force, reflecting on the social function of the public school present in public education policies. In this sense, the social function of the school was discussed, in a perspective of an education that intends to be emancipatory and transforming reality. During this study, it was possible to observe how popularly the concept of poverty became naturalized and how it is necessary to denaturalize definitions and moralizing views about those who live in a situation of social vulnerability. The methodological alternative used to answer the demands of this study was the bibliographic review, where some texts, books, theses and dissertations that dealt with the theme discussed here were analyzed. The present work is justified by the observation of the persistent existence of poverty in our country, which has a direct effect on the life of each subject. Roughly speaking, poverty exists, and we cannot ignore it.

Keyword: Education, Poverty and Social Inequality

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos identificados na Scientific Eletronic Library Online – SCIELO.....	9
Quadro 2 – Trabalhos identificados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.....	9

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Justificativa	11
1.2 Objetivo Geral	11
1.3 Objetivos Específicos	12
2. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLOGICOS	13
2.1 Metodologia	13
2.2 Meu percurso no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social	16
3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA	21
3.1 Sobre o conceito de pobreza	21
3.2 O conceito de vulnerabilidade social	27
4. A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA	29
5. ESCOLA PÚBLICA E POBREZA	35
5.1 A função social da escola	35
5.1.1 Escola Tradicional	36
5.1.2 Escola Nova (1932-1964)	36
5.1.3 Escola Tecnista (1964-1983)	38
5.1.4 É possível articular a escola com os interesses dos dominados?	39
5.2 Escola diante da pobreza	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
7. REFERÊNCIAS	52

1. INTRODUÇÃO

Não precisamos ir muito longe para nos depararmos com situações de pobreza em nosso país, em uma pequena volta por sua cidade certamente você irá se deparar com pessoas vivendo em estado de calamidade. É comum encontrarmos em nosso país pessoas desabrigadas, vivendo a céu aberto, durante o dia castigadas pelo sol, a noite cobertas pela lua. Para sujeitos em situação de vulnerabilidade social falta alimento, saúde, educação, se formos prosseguir a lista se tornará ainda maior.

Adentrar nessa discussão é um dos desafios desse trabalho, começando por um dos princípios fundamentais de nossa Constituição, que é o da “dignidade da pessoa humana¹”. Dignidade esta que tem faltado a muitos, e nós não podemos nos esquecer disso.

Este trabalho nasce a partir da minha vivência enquanto tutor no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, ofertado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, na modalidade EAD, na perspectiva de se discutir as questões pertinentes ao campo da temática, educação, pobreza e desigualdade social. Dessa forma pensando em como a escola tem lidado com essa realidade, tão presente em nossas salas de aula.

O Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, contava com a participação de discentes, e era comum que esses profissionais relatassem suas experiências pessoais, suas vivências de sala de aula, lembro-me de um relato em específico, quando uma discente do curso nos contou que tinha um aluno que não conseguia se concentrar na aula, mesmo ela já tendo feito tudo possível para intervir no processo, tudo parecia ser em vão. Até que por fim ela descobriu que ele sentia fome, apenas fome, por isso não conseguia se concentrar. Após a descoberta, esse aluno passou a receber alimentação assim que chegava à escola, o que reverteu seu rendimento escolar de forma muito positiva.

E a partir de experiências como essa me inquietei despertando interesse em pesquisar acerca desta temática. E, diante de situações de tanta vulnerabilidade social, este trabalho se propõe a refletir sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social.

¹ Artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesse sentido será tomado como ponto de partida a questão da pobreza enquanto construção histórico-social, ligada a interesses que acabam por gerar impactos enormes na vida dos sujeitos.

Cabe aqui ressaltar que este trabalho não está pautado em analisar perfis de sujeitos em situações de pobreza de forma específica. Não foi escolhido aqui um grupo de crianças, jovens ou adultos. De modo que irei no decorrer do texto falar de um ou outro ou mesmo de ambos, - ainda que seja de forma genérica. O foco, no entanto, está centrado na discussão sobre pobreza e educação, em sentido amplo. Compreender as nuances que perpassam a pobreza tomando por base a educação enquanto possibilidade de analisar do ponto de vista crítico.

O trabalho está organizado da seguinte forma, foi traçado o percurso metodológico a ser seguido, feito isto foi registrado meu percurso no Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social, partindo então para o processo de construção histórico-social da pobreza desde a definição do conceito até sua relação com a educação.

No que diz respeito à estrutura, este texto está dividido em cinco capítulos:

Capítulo I – neste tópico trago as primeiras reflexões sobre o tema, assim como a justificativa e os objetivos que perpassam a escrita deste estudo, são delimitados os primeiros passos em um caminhar que versa sobre educação e pobreza.

Capítulo II – aqui são definidos e apresentados os caminhos teóricos e metodológicos desta pesquisa, é apontado a revisão bibliográfica como metodologia mais adequada para responder as demandas postas por este estudo. É neste item também que trago o relato de meu primeiro contato com a esfera da educação e pobreza a partir da vivência em tutoria no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

Capítulo III – neste item adentramos o universo do processo de construção histórico-social da pobreza, e nesse sentido é analisado o conceito de pobreza e dessa forma é observada sua raiz histórica e a partir de quais relações a pobreza vai ganhando forma e contornos que se perpetuaram no decorrer do tempo e ainda são tão evidentes nos dias atuais.

Capítulo IV – Entrelaçamos educação e pobreza analisando assim as relações que se estabelecem entre ambas, desde questões como acesso a educação como os espaços de discussão que são (ou não) oportunizados pelo currículo escolar, dito de outro modo, o que se buscou foi pensar em que medida a escola tem dialogado com as questões da pobreza que são tão presentes em nosso meio social.

Capítulo V – neste item chegamos por fim na questão central de nossa discussão e para tanto adentramos o espaço da escola pública e sua relação direta com a pobreza, tal reflexão vai se constituir a partir da função social da escola, e nesse sentido foi analisado os modelos de escola que a linha da história nos permite acessar, a saber, a escola tradicional, escola nova e a escola tecnicista, embasado na reflexão gerada a partir dessa tríade gerou-se a indagação: é possível articular a escola com os interesses dos dominados?

1.1 Justificativa

Em minha experiência enquanto tutor, no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social tive a oportunidade de dialogar com professores sobre a pobreza, sobre suas vivências, o que nos fez pensar sobre a escola que temos, e o que acontece dentro dos muros escolares. O que acabou por gerar algumas indagações no decorrer do processo, a saber: Que diálogo a escola tem estabelecido com as vivências da pobreza? Quem são os alunos que frequentam nossas escolas? O que o currículo escolar tem como possibilidade de enfrentamento a pobreza?

Dito isto, o presente trabalho se justifica pela constatação da persistente existência da pobreza em nosso país, que tem efeito direto na vida de cada sujeito. Grosso modo, a pobreza existe, e não podemos ignorá-la. Desse modo é de grande importância oportunizar espaços de reflexão sobre a temática, na perspectiva da promoção de rupturas em visões estereotipadas nos conceitos da pobreza e na sempre presente visão moralizadora que via de regra se tem sobre ela. Esta pesquisa é importante ser estudada porque é necessário discutir pobreza e educação, uma vez que nossas escolas recebem meninos e meninas pobres, suas vivências precisam ser vistas e atendidas pelo currículo escolar.

1.2 Objetivo Geral

Dada as demandas postas por este estudo o objetivo geral é compreender a relação entre educação e pobreza nas formulações da função social da escola pública brasileira. A partir desse objetivo, portanto, podemos tomar como problema central da nossa pesquisa a seguinte interrogação: Qual a função social da escola pública brasileira em relação à pobreza?

1.3 Objetivos Específicos

- Examinar a literatura que tratam da construção histórico-social da pobreza;
- Investigar a relação entre modelos educacionais e concepções de sociedade;
- Analisar a função social da escola pública presente nas políticas públicas de educação.

2. CAMINHOS TEÓRICOS E METODOLOGICOS

2.1 Metodologia

Para a feitura deste trabalho foram analisados textos, artigos, livros que abordassem o tema educação e pobreza, para coleta dos arquivos foram acessados as principais bibliotecas digitais, fiz uso da Scientific Electronic Library Online – SCIELO, e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, para além das bibliotecas digitais, também foram utilizados aqui os módulos, livros e artigos que compõe o acervo do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, disponibilizado na própria plataforma do curso da UFPB/Virtual.

Nesse sentido Bello et al. (2012, p. 54) entendem pesquisa bibliográfica como a “revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico”. Tal revisão é o que se denomina de “levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica Bello et al. (2012, p. 54) afirmam que este tipo de pesquisa proporciona um melhor aprendizado sobre determinada área, proporcionando “um trabalho minucioso em busca do conhecimento e base fundamental para o todo de uma pesquisa”.

Nesse sentido busquei perfazer os caminhos postos por Medeiros (2012), quando recomenda o uso de métodos científicos e reflexão sistemática. Ainda no tocante à pesquisa bibliográfica o autor nos alerta que ela “não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de resposta para todos os porquês envolvidos na e pela pesquisa” (MEDEIROS, 2012, p. 38).

A escolha dos textos – leia-se livros, artigos, teses, dissertações – ocorreu a partir da temática educação e pobreza, logo os artigos que versavam sobre essa temática tinham seus resumos lidos e aqueles que mais se aproximavam do objetivo deste estudo foram selecionados.

Na Scielo ao digitar as palavras educação e pobreza na ferramenta de busca, obtive um total de 173 artigos em português, selecionei os 5 primeiros, li seus resumos e a partir dos resumos fui elencando aqueles que acredito que podem contribuir da melhor forma nessa pesquisa. Na BDTD ao buscar pelas palavras educação e pobreza na ferramenta de busca obtive um total de 853 resultados, também li os cinco primeiros resumos das cinco

teses e dissertações e optei por trabalhar apenas com Duarte (2012), justamente pelo enfoque e destaque trazido pela autora tanto no resumo quanto no título do trabalho ao focalizar um estudo específico sobre educação e pobreza. Ao me debruçar sobre o trabalho de Duarte (2012) ouve de fato uma confluência de ideias, sua tese versava exatamente sobre o que eu desejava investigar, educação e pobreza, nesse sentido não utilizei os outros trabalhos por acreditar que não haveria tempo de me dedicar a eles com a devida atenção, sendo assim me detive apenas ao de Duarte (2012).

Os trabalhos identificados foram agrupados nos quadros a seguir:

Quadro 1 – Trabalhos identificados na Scientific Electronic Library Online – SCIELO

Título	Autor/Autora
Tensões e contradições da proteção social na fronteira da assistência com a saúde	SANTOS, Adriano Maia dos; AMORIM, Thaís Fernanda Fernandes; ALVES, Hayda Josiane; PAIVA, Jamille Amorim Carvalho.
Direitos da infância em contextos de necessidades humanitárias: fatores de risco e demandas educativas	EYNG, Ana Maria; CARDOSO, João Casqueira.
Bolsa Família, tempo na escola e motivação estudantis	NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo.
Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade à pobreza	LAZARETTI, Lauana Rossetto; TEIXEIRA, Felipe Orsolin; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos de.
Escola como espaço de transformação: a articulação da educação, pobreza e desigualdade social no currículo escolar	SANTOS, Zélia Maria Melo de Lima.

Fonte: Autoria própria

Quadro 2 – Trabalhos identificados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD

Tipo	Título	Autor/Autora	Ano/Instituição
Dissertação	O impacto da educação no combate à pobreza no Brasil	SOUSA, Adilson Reis Pinto de.	2010 - UFC
Dissertação	Pobreza e educação formal: a relação entre pobreza e política educacional no Distrito Federal	SOARES, Kelma Jaqueline.	2011 – UNB
Tese	Pobreza multidimensional: a educação como fator de superação da pobreza no semiárido brasileiro	SILVA, Marta Maria Aguiar Sisnando.	2016 – UFC
Tese	Política social: um estudo sobre educação e pobreza	DUARTE, Natalia de Souza.	2012 – UNB

Tese	Combate à pobreza: a educação e o Programa Bolsa Família	COLLARES, Mirian Elizabet Hahmeyer	2014 - UNICAMP
------	----------------------------------------------------------	------------------------------------	----------------

Fonte: Autoria própria

A tese de Duarte (2012), tem por título a “Política Social: um estudo sobre educação e pobreza”, e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. A autora busca fazer uma análise da relação entre educação formal e a população em situação de pobreza, a partir das escolas públicas do Distrito Federal.

Através da pesquisa desenvolvida foi possível identificar que existem avanços na perspectiva da diversidade nas escolas investigadas, constatou-se a existência de projetos políticos pedagógicos que contemplavam as temáticas de direitos humanos, meio ambiente, raça e orientação sexual, no entanto as questões de gênero e da pobreza permanecem invisíveis, este último foi ao qual mais me detive. O que chamou a minha atenção neste estudo foi a importância dada a esta temática frente a realidade encontrada em nosso país. Conforme Duarte (2012, p. 33) podemos constatar em sua pesquisa que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”. Demonstrando uma diversidade discente que exige do professor um olhar sensível e cuidadoso dentro e fora da sala de aula.

Com relação ao acervo do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, foram utilizados os 3 módulos previstos em sua programação. Nesse sentido, é preciso destacar as contribuições de Arroyo (2015) e Leite (2015) autores que prestaram grandes contribuições com suas produções científicas, relacionando educação e pobreza. A partir das experiências e pesquisas desses autores foi possível constatar a vasta experiência e aproximação que têm com a temática desta pesquisa.

Além dos 3 módulos previstos, também foram utilizados textos disponibilizados na biblioteca do curso de aperfeiçoamento, dessa forma contribuiram com essa pesquisa, Baena e Gonçalves (2017), Cararo; Simões e Vieira (2017), Fiorentin e Thiesen (2017), Souza e Berger (2017) autores que escreveram sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social, desde a perspectiva do projeto político pedagógico até a formação em educação pobreza e desigualdade social.

Freire (1996) contribuiu com esta pesquisa com suas obras intituladas Pedagogia do Oprimido e Pedagogia da Autonomia. Saviani (1999) a partir do livro Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.

Rocha (2003), oportunizou um maior esclarecimento acerca da pobreza com seu livro “Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?” e pela relevância de seu estudo também colaborou com a fundamentação desse estudo, contribuindo com um maior esclarecimento das dimensões da pobreza a nível de Brasil, sobretudo ao traçar a trajetória da pobreza em nosso país, de 1970 a 1999.

Schwartzman (2004), também foi utilizado neste trabalho, com sua obra *As Causas da Pobreza*, onde o autor caminha desde as causas da pobreza, passando por reflexões sobre pobreza e exclusão, raça e etnia, trabalho infantil e o futuro da educação. Por fim Silva (2013) colaborou com a reflexão a respeito do currículo escolar, com seu livro *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, onde o autor nos mostra como a educação é afetada diretamente pela dinâmica da sociedade, sempre procurando responder/atender a demandas que lhe são postas a partir da realidade social.

2.2 Meu percurso no Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Meu contato com o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social se deu através da possibilidade de colaborar com o projeto na qualidade de tutor, até então nunca tinha ouvido falar desta iniciativa. Desempenhei meu papel de tutor, na modalidade da Educação a Distância – EAD, na oportunidade o curso foi ofertado pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB/campus IV, (2017 – 2018).

Nesse sentido acredito ser pertinente falarmos um pouco sobre o que é, como se configura e o que efetivamente o curso pretende desempenhar. Em seu Projeto Político Pedagógico (2014), podemos encontrar essas informações que nos ajudam a compreender o Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

A proposta do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, trata-se de um processo formativo na modalidade EAD, que está inserido na Política Nacional de Formação dos/as Profissionais da Educação e na Rede Nacional de Formação Continuada dos/as Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR).

O mesmo foi disponibilizado em nível nacional a partir do Projeto Político Pedagógico – PPP e de um material pedagógico elaborado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social é uma

ação da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC.

Na perspectiva da formação continuada o Curso tinha por público alvo profissionais da educação básica assim como também outros profissionais envolvidos/as com políticas sociais que de alguma forma estabeleçam algum elo com a educação de sujeitos que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza.

A iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social parte da constatação da persistente existência da pobreza no País, que afeta, ao longo de nossa história, crianças, adolescentes, jovens e adultos, apesar do registro de avanços importantes nas últimas décadas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), em 1992, a população pobre ou extremamente pobre totalizava 45,12% da população. Em 2012, o percentual, segundo a pesquisa, era de 12,09%, totalizando aproximadamente 22.230.000 pessoas em situação de pobreza ou pobreza extrema, número ainda muito elevado e significativo. [...] Essa Iniciativa trata, portanto, das relações entre educação, pobreza e desigualdade social e tem como objetivo promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas. (BRASIL, 2014, p. 8)

Refletir sobre as questões postas acima nos faz reconhecer que não se deixa de ser pobre no momento em que se adentra o universo escolar, pelo contrário, é justamente nesses espaços educativos que esse fenômeno histórico social se acentua e se delinea de diferentes formas, eles ganham uma habilidade de manifestar-se e traçar contornos muitos singulares devido a riqueza de subjetividades encontradas em seu meio. Ou seja, está na escola, não lhe dá a “alforria” para deixar de ser pobre, muitas vezes apenas a acentua e a denuncia.

Temos a crença que estudar promove mobilidade social, e na arte da retórica tudo são flores, o discurso em si está bem preparado, não estranhamente existem muitas discussões a esse respeito, de fato muitos são os entraves que perpassam os caminhos da pobreza, Brito, Arruda e Contreras (2015) nos falam a esse respeito.

Considera-se que diante de tantas discussões e leis que pleiteiam direitos iguais para todos, a educação em pleno século XXI ainda não é considerada uma prioridade na política governamental, o que se traduz nos desafios de financiamento e gestão da educação. Talvez sejam as questões governamentais, políticas e administrativas ou até culturais. Ou então, além de todas as dificuldades reais que a pobreza traz, haja também a barreira comportamental de comodismo, achando que sempre foi assim, que não é possível mudanças, pensamento que provém tanto da parte do sujeito como da própria comunidade educacional. (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015, p. 18671)

Em muitos momentos a escola se torna o lugar onde se vai para comer, muito mais do que aprender, isso se pensarmos esse último na perspectiva dos códigos e linguagens. Mas a escola continua ensinando, seja denunciando – mesmo que em silêncio – que a pobreza é real, que das crianças, jovens e adolescentes que ela recebe, muitos estão ansiosos para que chegue a hora da merenda, para assim poderem fazer ao menos uma refeição por dia, Cararo; Simões e Vieira (2017, p. 23) afirmam que a pobreza acaba “manifestando-se de maneira contundente nos espaços de educação”.

É dentro deste cenário que o Curso de Aperfeiçoamento pretende estabelecer uma relação de vivência e reflexão. Oportunizando um confronto entre essas vivências com as visões predominantes na gestão da educação, no âmbito da educação básica e nas políticas educacionais.

Essa Iniciativa pretende promover à práxis em torno de princípios político-ético-emancipatórios assentados no direito à vida, à igualdade e à diversidade, organizando-se em torno de três dimensões: formação continuada; apoio à pesquisa acadêmica em educação, pobreza e desigualdade social e apoio à difusão do conhecimento. (BRASIL, 2014, p. 9)

A relação entre educação, pobreza e desigualdade social, alinhavadas com a dimensão da escola, das políticas educacionais, e o direito humano a viver de forma digna não se tem feito presente nas políticas e no pensamento educacional. Falta na formação dos profissionais docentes e de outros/as profissionais envolvidos/as com políticas sociais, a reflexão e a promoção de espaços de debates que estabeleçam relações com a educação em contextos empobrecidos. Fazendo o que Freire (2019, p. 43) chamou de “recuperação de sua humanidade”, aos discorrer sobre os oprimidos, Freire indagava e nos levava a refletir sobre como mudar essas realidades tão duras e existentes em nosso país.

Quando falamos sobre o Curso de Aperfeiçoamento, Educação, Pobreza e Desigualdade Social, estamos falando sobre reconhecer a existência da pobreza, reconhecer que ela adentra os espaços educacionais, reconhecer que nossas escolas efetivamente recebem meninos e meninas pobres, entretanto, para além disso, é necessário questionarmos as exigências que essas vivências da pobreza, das mais diversas privações materiais demandam da escola, das práticas educativas desempenhadas por nós, profissionais da educação.

A esse respeito ao discutir sobre as questões que cotidianamente adentram a escola, Leite (2015, p.11) aponta que “não há espaço para a diversidade de realidades

vividas por crianças e jovens, que em muito conforma suas identidades”, ainda segundo a autora, “devemos falar de infâncias e juventudes no plural”, isso porque essas crianças e jovens são perpassados por condições de vida diferentes, que resultam em diferenças e desigualdades, as quais a escola deve estar atenta.

Isso porque a infância e a juventude compreendem um grupo social muito plural, que abrigam diversas condições, a saber, classe, etnia, gênero, etc., logo significa dizer que é necessário compreendê-los a partir de suas diferenças, e entendê-los como sujeitos que possuem uma história, e só através dessa história será possível traçar contornos que ajudem a aproximar a escola da realidade vivenciada pelo seu alunado.

Tal aproximação se dá quando o professor consegue perceber que seu aluno muitas vezes não consegue prestar atenção na aula, porque sua fome por alimento ainda não foi saciada, trago esse relato como exemplo, citado nos encontros dos quais participei. Ao notar esse detalhe a professora passou a encaminhar seu aluno para a cozinha da escola, e só após se alimentar ele iria para a aula, feito isso ela notou que o rendimento desse aluno melhorou consideravelmente.

São nuances do cotidiano que nos mostram o quanto a pobreza ainda é real, o quanto ela está presente na vida dos sujeitos. Leite (2015, p. 10) nos traz algumas indagações a esse respeito: “Quem são as crianças, os/as jovens e os/as adolescentes em situação de pobreza no Brasil?”; “Que olhares são construídos sobre eles/as?”; “Que lugares eles/as têm ocupado nas políticas educacionais?”; “Que vivências têm experimentado?”.

Nesse sentido o que se espera do curso é que ele contribua na perspectiva de afetar os cursistas a terem um olhar mais sensível às relações entre educação, pobreza e desigualdade social, em uma perspectiva de se reeducar e compreender a pobreza enquanto fenômeno histórico, construído e mantido no decorrer dos anos, fenômeno tal que tem se perpetuado até os dias de hoje. A proposta de formação tem por finalidade uma profunda reflexão teórico-prática, que gire em torno de três princípios, o direito à vida; igualdade e à diversidade.

As leituras e estudos postos por esse processo formativo têm por objetivo fomentar um conhecimento que permita que esses profissionais reconheçam e valorizem seus papéis políticos e sociais, não apenas no sentido escrito, mas também enquanto sujeitos capazes de se envolver com projetos e políticas sociais que visem à transformação da realidade da pobreza e da desigualdade social. (BRASIL, 2014, p. 17)

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social está organizado em três módulos temáticos: *Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdade e Educação*, de autoria do Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. *Módulo I – Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza*, de autoria da Profa. Dra. Lúcia Helena Alvarez Leite, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e o *Módulo II – Pobreza e Currículo: uma complexa articulação*, de autoria do Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo, acima mencionado.

Foi no processo de acompanhar este curso como tutor, que passei a me interessar pela pesquisa sobre a função social da escola no enfrentamento da pobreza, como pedagogo me recuso a acreditar em visões fatalistas e deterministas a respeito dos sujeitos. Acredito na escola como espaço de transformação social, lugar de crescimento de potencialidades. Perfazendo os caminhos apontados por Freire (1996), com a propositura de se ter uma visão de mundo baseada não em determinismos, mas em possibilidades, rompendo assim com um:

Um estado refinado de estranheza, de “autodemissão” da mente, do corpo consciente, de conformismo do indivíduo, de acomodação diante de situações consideradas fatalistamente como imutáveis. E a posição de quem encara os fatos como algo consumado, como algo que se deu porque tinha que se dar da forma como se deu, é a posição, por isso mesmo, de quem entende e vive a História como determinismo e não como possibilidade. (FREIRE, 1996, p. 43)

É bem verdade que ela (a escola) sozinha não dará conta de toda a problemática que perpassa o campo da pobreza e da educação, entretanto é nela que aprendemos e nos tornamos sujeitos sociais, sujeitos da mudança, é nela que aprendemos quem somos no mundo, é na escola que superamos nossas limitações e aprendemos a ser mais humanos, ou pelo menos deveria ser.

3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA POBREZA

Dada as reflexões geradas a partir do Curso de Aperfeiçoamento Educação, Pobreza e Desigualdade Social, interessei-me em pesquisar a respeito da discussão sobre a construção histórico-social da pobreza, tendo por base os debates já estudados no decorrer de todo o curso, por meio de seus módulos, livros, e discussões a respeito da temática.

Nesse sentido analisar esse processo de construção se torna como campo profícuo para podermos traçar contornos que nos ajudem a refletir de forma mais aprofundada sobre a temática educação, pobreza e desigualdade social.

3.1 Sobre o conceito de pobreza

Talvez você se pergunte de quando se data a pobreza, popularmente falando poderíamos dizer “desde que o mundo é mundo”, mas isso não nos basta, então recorremos a Schwartzman (2004, p. 14) que afirma que “a pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais”. Mas afinal o que significa ser pobre? O que nos diz a religião sobre isso? O que o Estado entende por pobreza? Para responder a algumas dessas perguntas Guimarães (2016, p. 1) nos traz algumas afirmações, segundo o autor “a Igreja concebeu o pauperismo como determinação divina; o Estado entendeu a pobreza como conjuntura social para intervenção de leis”.

Para Rocha (2003, p. 9) “Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Dito de outro modo, ser pobre significa não ter acesso aos meios para viver adequadamente no grupo social em que se vive, fazendo uso de direitos básicos, como moradia, saúde e educação.

Schwartzman (2004, p. 13), ao discorrer sobre “as causas da pobreza”, nos leva a refletir sobre isso e nos indaga a respeito da origem da pobreza, e nos conta que ainda quando era estudante de Ciências Sociais, aprendeu que as raízes da pobreza estariam fincadas não em motivos “individuais, mas estruturais”. Com a pretensão de estimular a consciência de classe, o autor nos conta que “falar com os pobres não adiantava muito”, muitos se sentiam ofendidos ao ouvirem sobre sua situação de vulnerabilidade social, afinal eles eram pobres sim, “mas tinha orgulho de seu barraco limpo e arrumado”.

Tal realidade relatada por Schwartzman (2004), ainda se perpetua nos dias atuais, ao abordarmos a temática da pobreza e tentar estabelecer uma relação crítica a respeito do tema, com a perspectiva da consciência do estado em que se vive, muitas pessoas sentem-se ofendidas, não se reconhecem nem se percebem enquanto pobres. Tal pensamento se funda em uma visão moralizante de pobreza.

Nesse sentido Arroyo (2015, p. 15) alerta que é preciso superarmos visões moralizantes da pobreza, pois assim “estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais [...], estão associadas ao padrão de poder-dominância-subalternização vigente na sociedade”.

Quem seriam então os pobres? Ainda nas palavras de Arroyo (2015, p. 16), “os/as pobres são os/as sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-renda, sem-escola, sem-saúde, cujas vidas se encontram nos limites da sobrevivência”. Grosso modo o autor nos mostra que a pobreza é uma questão social, e ao passarmos a vê-la dessa forma, poderemos perceber também que se trata ainda de uma questão política, entendê-la como um problema do Estado, e sendo assim, ainda nas palavras de Arroyo (2015), passaremos a “exigir as políticas de Estado capazes de alterar essa realidade”.

O fato é que não podemos desconsiderar a historicidade da pobreza, as concepções e o entendimento sobre ser pobre foram mudando no decorrer do tempo, sempre atendendo a uma determinada demanda social, isso de forma proposital. Os discursos a respeito dos pobres iam – e em certa medida ainda vão –, trazendo uma naturalidade a pobreza que não lhe condiz efetivamente.

Schwartzman (2004, p. 14) nos fala que ao longo do processo histórico a pobreza vai sendo entendida de diversas formas, segundo o autor “em todas as sociedades sempre se reconheceu a virtude de ajudar os pobres”, e nesse sentido Schwartzman nos fala do valor conferido a caridade com relação a pobreza, porém não qualquer pobre. “A questão era, então, quem, entre os necessitados, deveria receber ajuda?”, como então a caridade seria administrada?

Para responder a questões dessa natureza inevitavelmente era preciso classificar as pessoas. Os parentes teriam prioridade, depois os vizinhos e concidadãos, ainda segundo Schwartzman (2004) ficavam de fora da lista “os desconhecidos e estrangeiros”. Para nos situarmos dentro do período histórico, ao autor se refere ao século XIX. Essa forma de organização era uma forma de classificar quem merecia ou não.

Uma outra forma trazida pelo autor dizia respeito a “pobreza involuntária – e por isso digna – dos órfãos, doentes e viúvas,” do outro lado estaria a “pobreza voluntária – e por isso indigna – das pessoas saudáveis que não queriam trabalhar para se manter”.

A pobreza era entendida como uma condição natural das pessoas, que, em situações especiais, ficavam desvalidas e merecedoras de amparo; a mendicância, por outro lado, era uma deformação de caráter e, por isso, indigna de apoio e ajuda. (SCHWARTZMAN, 2004, p. 15)

Reforçando o que já foi dito por Schwartzman (2004), Guimarães (2016, p. 7) afirma que “a figura do pobre (pessoa desprovida de) sempre existiu desde os primórdios das civilizações”. Começamos com o discurso da Igreja, que durante muito tempo afirmou que ser pobre era algo relacionado à vontade divina, – “você é assim porque Deus quis, aceite” –, ainda conforme Guimarães (2016), os principais combatadores (e mantenedores) da pobreza foram a Igreja Católica e o Estado. As medidas tomadas eram muito mais de caráter assistencialistas, que embora importantes e necessárias para aqueles que passam por privações, não traziam mudanças de quadro, apenas suprimiam uma necessidade do momento.

Isso ocasionou um processo de naturalização da pobreza, retirando a criticidade do pobre sobre sua real condição, ainda imputando aos pobres a culpa por sua situação de vulnerabilidade social. Muitas vezes vistos como preguiçosos, desocupados, ou afirmam que eles são pobres porque querem.

Tais pensamentos se fundam na total descontextualização do cotidiano dessas pessoas. O que se faz nesse caso é reduzir a dimensão da pobreza a uma visão moral, Arroyo (2015) afirma que:

Quando se imputa aos/às pobres a sua condição de pobreza e considera-se que são carentes de valores, passa-se a entrever apenas uma solução: educa-los/as nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. Nesse contexto, a tarefa da escola diante de milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza seria de moralizá-los/as nesses valores, que eles/as supostamente não recebem das famílias e dos coletivos empobrecidos. A escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres. (ARROYO, 2015, p. 10)

Tal processo de escolarização se esvazia de criticidade, não reflete sobre as condições da pobreza enquanto fenômeno social, tampouco como processo que foi construído historicamente. Santos (2017, p. 244) afirma que “a escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba por reproduzir e reforçar as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade”. É necessário que a escola discuta essas

questões, e supere o status quo que tem se estabelecido, ao invés de agir apenas como aparelho de manutenção dele.

A permanência desse estado de inércia sobre a pobreza parece ser entendida como algo melhor, para efeito mais imediato, Freire (2019, p. 32) aponta que o que se espera é que “[...] a situação concreta de injustiça não se constitua num ‘percebido’ claro para a consciência dos que a sofrem”. O que Freire vai defender então é a participação ativa do sujeito no campo social, para que assim ele possa “inserir-se no processo histórico, como sujeito” que age sobre o meio, o transformando.

Nesse sentido Santos (2017, p. 245) afirma que “considera-los no centro do processo educativo acarreta reorganizar tempos, espaços, agrupamentos, conteúdos escolares”. E em certa medida isso é algo novo para o espaço escolar, que historicamente foi incumbido de homogeneizar, remover as arestas, igualar todo mundo no mesmo nível, fazer com que todos “caibam no mesmo pote”, agora a escola precisa aprender a lidar com a diversidade.

O que não tem sido tarefa muito fácil, se antes todos eram vistos como iguais, agora é preciso considerar as subjetividades, tratar todos como iguais não é mais uma forma justa de se trabalhar. Tal fato tem trazido um certo insucesso para a escola, para Santos (2017, p. 245) “[...] esse insucesso acaba tendo rosto: crianças e jovens que fracassam na escola, em sua maioria, são pobres, negros, índios, camponeses, moradores de regiões menos favorecidas”.

A condição de pobreza muitas vezes é confundida por preguiça de trabalhar, e medidas assistencialistas são vistas como acomodação para os que dela necessitam e fazem uso. Tal visão é extremamente preconceituosa, muitas vezes ser pobre está ligado a uma vida de trabalho duro e de baixa remuneração, oportunizando aos sujeitos uma vida regada a diversas privações. Guimarães (2016, p. 2) elucida que a pobreza “tem se tornado sinônimo de ausência de virtudes individuais, promiscuidade, vadiagem, incompetência, preguiça, criminalidade e vagabundagem”.

Muitos de nossos/as jovens e adolescentes vivem no que Leite (2015) chamou de “limites da sobrevivência”, suas condições de vida deixam amostra a grave desigualdade social que paira em nosso país. Ao falar em infâncias e adolescências, no plural, estamos falando de um mundo diverso onde alguns têm acesso a tudo e mais um pouco, boa saúde, educação, livros, internet, viagens, e a lista só cresce. Enquanto no lado oposto muitos acordam antes do sol surgir para ajudar os pais no sustento da casa. Trabalham o dia todo

para ganhar quase nada, chegam à escola esgotados. Uns catam “Pokémon” outros catam lata, papelão, pois disso depende sua existência.

Em matéria publicada no site das Organização das Nações Unidas – ONU², novos dados nos são apresentados com relação ao trabalho infantil, frente a pandemia da Covid-19³, nos é feito um alerta após uma análise realizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e da Organização Internacional do Trabalho – OIT, (2020) segundo a análise “109 mil a 326 mim meninos, meninas e adolescentes poderiam entrar no mercado de trabalho, somando-se aos 10,5 milhões atualmente em situação de trabalho infantil”.

É dentro desses espaços de vivências que nossos jovens e nossas crianças constroem suas experiências de vida, e os das camadas populares de fato vivem nos limites da sobrevivência. A Constituição parece os ter esquecido, o Estado vai na mesma direção. Arroyo (2004) apud (Leite 2015, p. 13), nos alerta que “é necessário quebrar imagens que tendem a compreender as crianças e os/as jovens pelo que eles/as não são”. Ao que Freire (2019) chamou de visão fatalista. O fato é que a pobreza vem se perpetuando na linha da história da humanidade, e mesmo que tenhamos tido alguns avanços na contemporaneidade, ainda temos muito o que melhorar na luta por melhores condições de vida.

Na esteira desse pensamento Leite (2015, p. 14) nos chama atenção para o fato de que “dentro de uma mesma cidade e amparadas pelas mesmas legislações e políticas, diferentes crianças e jovens não têm acesso aos mesmos direitos”. E mesmo quando conseguem ter acesso, como é o caso da escola, isso ocorre de forma muito desigual, uma vez que as condições para o acesso e permanência no ambiente escolar são peculiares de cada sujeito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, por exemplo, a partir do seu Art. 53, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer afirma que “a criança e o

² <https://nacoesunidas.org/crise-pode-lancar-ate-326-mil-criancas-ao-trabalho-infantil-na-america-latina-e-caribe/>

³ A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

Fonte: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>

adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, (BRASIL, 1990).

Entretanto sabemos que na prática isso nem sempre acontece, um outro ponto preconizado pela ECA, ainda no Art. 53, “I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola”, igualdade está que ainda não conseguimos instaurar efetivamente na vivência prática de nossas escolas.

Arroyo (2015, p. 8) afirma que “a postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes”. Desconsidera-se as privações das condições mais básicas, enfrentadas por esses sujeitos que o impedem de ter uma vida justa e digna.

Se olharmos nosso cenário atual, quando o mundo inteiro enfrenta a pandemia da Covid-19 perceberemos o agravamento que as pessoas em situação de vulnerabilidade social estão tendo que lidar, é certo que algumas medidas assistenciais tem sido tomadas, o governo lançou o auxílio emergencial⁴ visando trazer alguma renda para milhões de brasileiros que devido a pandemia ficaram com pouco ou nenhum sustento, entidades tem realizado campanhas na perspectiva de prover roupas, cobertores, comidas, enfim, medidas que de fato são urgentes e extremamente necessárias.

Entretanto tais medidas não trazem garantias de mudança duradoura e efetiva na realidade enfrentada por famílias que vivem no limite da sobrevivência, podemos perceber que a Covid-19 nos coloca a prova com a nossa incapacidade de lidar com a pobreza e nesse sentido não podemos perder de vista a necessidade de questionar o poder público no que diz respeito aos direitos básicos fundamentais.

Trisotto (2020) em matéria publicada na Gazeta do Povo⁵, destaca que “com a Covid-19, milhões de brasileiros serão submetidos à pobreza. São pessoas que não engrossavam essas estatísticas antes, mas serão, sim, afetadas pela queda abrupta, se não total, da renda”, diversas pessoas ficaram desempregadas, principalmente as pessoas de menos escolaridade, outras tantas que trabalham de forma autônoma estão impedidas de trabalharem e assim prover algum sustento.

⁴O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.

Fonte: <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>

⁵ Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/pobreza-desigualdade-social-brasil-covid-19/>

O cenário todo é de incertezas. Os mais pobres e vulnerabilizados já estavam perdendo renda no cenário pré-crise do coronavírus – a extrema pobreza avançou 67% entre 2014 e 2018 e a renda dos 5% mais pobres caiu 39%. A informalidade dominou o mercado de trabalho e já havia um processo de histerese – apesar da taxa de desemprego alta, mesmo as melhoras econômicas eram insuficientes para uma redução robusta do indicador. (TRISOTTO, 2020, p. 1)

Como enfrentar uma pandemia sem ter o que comer? O que beber? Ou mesmo o que vestir? Milhões de brasileiros estão a mercê do povir, e na incerteza do como será. É preciso refletirmos sobre essas questões, pois concordo com Freire (2019, p. 72-73) quando afirma que “ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual”, pelo contrário, o que se espera é que a reflexão conduza a prática.

De modo geral as condições são distintas e algumas severas, analisemos por exemplo o fato de que precisamos ficar em casa, para assim evitar a propagação do vírus da Covid-19, mas e quem vive das ruas e de lá tira seu sustento? A exemplo de uma senhora que em entrevista a um programa de tv afirmou que tinha comida para mais cinco dias e depois disso não saberia como iria ser. É sobre essas pessoas que esse trabalho busca refletir, que embora estejam sempre no espaço social em diversos momentos são tratados como invisíveis.

As medidas de assistência social são muito importantes e certamente tem ajudado muito aqueles que delas conseguiram ter acesso, no entanto nossa luta precisa ser maior, superando os muros da caridade e oportunizando aos sujeitos transformação social, autonomia.

3.2 O conceito de vulnerabilidade social

Ao adentrarmos aqui na discussão a respeito da Educação, Pobreza e Desigualdade Social inevitavelmente tocamos na esfera da vulnerabilidade social, e embora não pretenda me estender muito e de forma mais aprofundada nela, é pertinente que abordemos, mesmo que de forma sucinta o tema.

Acredito que certamente contribuirá para um maior esclarecimento acerca de nossa discussão em um modo mais geral partindo assim para um recorte mais específico das demandas postas por este trabalho e aqui abordadas no decorrer de todo o texto.

O Índice de Vulnerabilidade Social – IVS (2015, p. 13), construído a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano – ADH, no Brasil, entende

vulnerabilidade social na perspectiva do “acesso, à ausência ou à insuficiência”, no tocante “as falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional”.

Silva e Rapoport (2013, p. 3) afirmam quem embora as discussões da pobreza perpassem a dimensão da vulnerabilidade social, não é ela que a define, segundo as autoras “vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontra”.

A nomenclatura pobreza, nesse sentido vem perdendo sua capacidade de dar conta da ampla situação vivenciada por sujeitos em situações de pobreza, não se limitando apenas a falta de recursos monetários, mas também e conseqüentemente o reflexo que isso tem no tocante a falta de saúde, educação, moradia, a viverem uma vida justa e digna, que em tese estão asseguradas em nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Desta forma Prati; Couto e Koller (2009, p. 404) apud (Silva e Rapoport 2013, p. 3) afirmam que “vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco”, riscos estes que podem ser “de natureza pessoal, social ou ambiental”.

Carmo e Guizardi (2017, p. 5) definem o conceito de vulnerabilidade social como aquele que necessita de ajuda, nas palavras das autoras “diz do estado de ser/estar em perigo ou exposto a potenciais danos em razão de uma fragilidade atrelada à existência individual”. Dito de outro modo, está em condição de vulnerabilidade social é está a margem do exercício da cidadania, ao menos da cidadania que em tese prevê garantias para o viver em sociedade de forma digna.

4. A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA

Educação e pobreza vêm caminhando lado a lado desde o início dos tempos. No limiar deste caminhar, existe quem defenda que a educação é condição necessária para a superação da pobreza, outros defendem que ela sozinha não dará conta de toda a complexidade que perpassa o trilhar dos caminhos do pauperismo.

Nas curvas criadas por esse caminhar entre educação e pobreza muito se discutiu sobre o acesso à educação, uma educação pensada para todos, realidade ou utopia? Duarte (2012, p. 26) afirma que “a democratização do acesso à escola não veio acompanhada da permanência e sucesso escolar”, havia – e ainda existe – muitos entraves que se colocam na relação entre educação e pobreza, a começar pelo ensino, via de regra pensado a partir da realidade das elites, o que acaba não indo de encontro a realidade das camadas populares que vivem em situação de pobreza.

Ainda na esteira do pensamento de Duarte (2012) podemos perceber que a educação, grosso modo, passa a ser entendida como “mérito individual e não como direito social”, logo o sujeito não consegue sair da pobreza mesmo tendo acesso a educação, a responsabilidade passa a ser sua, isso, claro e evidentemente dentro de uma lógica totalmente excludente que não toma por base a realidade daqueles que vivem nos limites da sobrevivência.

Partindo desse princípio temos uma educação desigual, onde pessoas com vivências distintas são postas a lidarem com cobranças (des)iguais. Dito de outro modo, espera-se que um aluno com poucos recursos, que não tem acesso a livros, computador, internet e o que mais se possa pensar de recursos existentes, tenha o mesmo progresso de um aluno que desde cedo viveu em um ambiente de privilégios sociais, desde o acesso a livros, cultura, teatro, entre outros.

Em linhas gerais a escola trás justamente um currículo que dialoga com a realidade das elites, ou seja, que relação as camadas populares poderão fazer com esse currículo? A esse respeito ao refletir sobre as concepções de Michael Apple sobre currículo, Silva (2013, p. 45) afirma que a educação é afetada diretamente pela dinâmica da sociedade capitalista. Segundo o autor, ela (a educação) “gira em torno da dominação de classe, da dominação dos que detêm o controle da propriedade dos recursos materiais sobre aqueles que possuem apenas sua força de trabalho”. Ou seja, essa lógica de organização tem afetado diretamente outras esferas do campo social, como a educação por exemplo.

Nesse sentido (Rocha, p. 184) destaca que “a redução da pobreza absoluta e da desigualdade de renda no Brasil passa, necessariamente, por mudanças estruturais no sistema educacional”, tais mudanças devem encontrar meios de garantir não apenas o acesso, mas a permanência do aluno na escola.

Construir currículos que garantam o direito dos/as alunos/as pobres a entenderem sua condição de pobreza não é tarefa simples, uma vez que os conhecimentos dos currículos continuam cultuando um conhecimento abstrato e conceitual que ignora, sobretudo, os sujeitos sociais e suas experiências. Relacionar currículo e pobreza exigirá aproximar os conhecimentos daquele com as experiências sociais da pobreza, com os sujeitos individuais e coletivos que as vivenciam; demandará colocar em diálogo suas indagações sobre a pobreza, suas causas, sua produção histórica com as indagações históricas que os conhecimentos dos currículos condensam. (ARROYO, 2015, p. 20)

A escola é uma instituição social que tem a propositura de trazer o progresso aos sujeitos, Leite (2015, p. 15) nos chama a atenção para os processos históricos que estão ligados diretamente a discussão que se segue nos parágrafos anteriores, a saber, a escola como ferramenta de reprodução das desigualdades sociais.

A autora nos leva ao nascimento do Estado-Nação, afirmando que “o modelo de escola e de cultura escolar que ainda hoje é hegemônico em nossa sociedade surge com o nascimento do Estado-Nação”, mas não apenas nele, surge também a partir da “necessidade de se ter uma única cultura circunscrita a um único território”. Para conquistar tais ideais Leite (2015) nos mostra que o exército e a escola foram fundamentais.

O exército cumpriu sua função de dominar e, inclusive, dizimar grupos que não aceitavam se submeter a um poder único. [...] A constituição do Estado-Nação exigiu, dessa forma, a homogeneização de uma sociedade até então bastante heterogênea, sobretudo em sua dimensão cultural. Para isso, a escola cumpriu um papel fundamental, criando uma cultura comum que deveria ser compartilhada por todos os cidadãos, já que havia a exigência de se ter, no território, uma única língua, uma única identidade. (LEITE, 2015, p. 15)

O que autora nos mostra no decorrer de seu texto é um caminho trilhado pela escola tomando por base a imposição da cultura dos grupos dominantes, deixando a margem outros perfis de cidadãos, negros, camponeses, indígenas e claro os pobres. E foram esses sujeitos que ficaram a margem que passaram a questionar esse modelo de escola, que em tese seria “igual para todos”, mas que na prática estabelecia relação apenas com um grupo específico.

Afinal o que então a escola pode fazer? Quando falamos em educação e pobreza estamos lutando por uma educação que esteja atenta as demandas sociais, que em seu currículo estejam incorporadas essas realidades postas no espaço social, que ela dialogue com as diferentes subjetividades, ou seja, uma escola que seja comprometida com a transformação social.

O que se espera é que a escola consiga romper com seu status quo, que ao invés de adaptar todo mundo ao mesmo padrão oportunize espaços onde as diferenças sejam bem vindas e valorizadas, que trabalhe na perspectiva de transformação da vida dos sujeitos, que eduque para a vida e para além dela. Que seja ofertado um conhecimento que estabeleça relação de significado com a vida de seus alunos, uma escola que dê centralidade aos sujeitos, no plural, e não apenas ao sujeito da classe dominante. Uma escola que rompa com o discurso da meritocracia e que não se abstenha de sua função social.

Uma educação voltada para as demandas da pobreza é uma educação que não desconsidere a bagagem cultural de seus alunos, que não trabalhe na perspectiva que os alunos que cheguem a ela se encaixem a um modelo que não faz relação alguma com suas experiências sociais. A esse respeito Leite (2015) nos alerta que:

[...] considerar os sujeitos no centro do processo educativo implica muito mais que colocar a formação de sujeitos críticos e participativos como um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico da escola. Considerá-los no centro do processo educativo acarreta reorganizar tempos, espaços, agrupamentos, conteúdos escolares. Importa também em mudar o lugar dos educandos/as e educadores/as na dinâmica do trabalho e, principalmente, em transformar a vida da escola, entendendo-a como espaço de cultura. (LEITE, 2015, p. 20)

Diante do exposto fica a indagação a respeito do currículo escolar e como ele tem dialogado com as questões da pobreza, para além disso: como o pobre se vê, em que medida ele associa a responsabilidade por sua condição de pobreza? Em termos de currículo Arroyo (2015, p. 17) nos adverte que “os saberes ali contemplados são entendidos como a única forma de pensar válida, a única cultura nobre, a única racionalidade”, logo não existe nenhum sentimento de pertença dos pobres com essa forma de pensar, é como se a escola falasse de um outro mundo, que diante de muitos entraves torna-se inacessível, exceto pela promessa amplamente divulgada, afinal se esses saberes forem aprendidos, “inexoravelmente levarão a humanidade ao progresso”.

Essa visão acaba gerando a ideia de que os que estão em condição de vulnerabilidade social, estariam inseridos nessa realidade por não tomarem posse desses

saberes científicos, que ainda nas palavras de Arroyo (2015, p. 17) são “supostamente emancipadores”.

Ao versar sobre “o direito a saber-se pobre”, Arroyo (2015) afirma que:

O primeiro conhecimento a que todo ser humano tem direito é compreender-se no mundo, na sociedade, na história. O saber-se pobre é o discernimento mais persistente nas vidas, no passado e presente das famílias e comunidade empobrecidas. Se esse é o saber mais premente, o direito a ser garantido, na escola e nos currículos, não será a conhecimentos que aprofundem, sistematizem, alarguem esse saber-se pobre? [...] Contudo, os currículos assumem apenas a responsabilidade de oferecer aos/às alunos/as os conhecimentos acumulados sobre a natureza, a sociedade, o espaço, a história, a linguagem etc., e têm ignorado e secundarizado o direito a saber de si, ao saber-se no mundo, na sociedade, na natureza, nas relações sociais, econômicas e políticas, no padrão de trabalho, de produção, de apropriação-segregação do espaço da terra e da renda. Conhecer-se nesses padrões sociais e políticos que os condicionam como pobres ao longo da história é a síntese do seu direito ao conhecimento que a escola, a docência, os currículos têm o dever de garantir-lhes. (ARROYO, 2015 p. 19-20)

De fato, existem dois modelos de escola, duas formas de se educar e isso acaba por servir como ferramenta de manutenção da pobreza. Santos (2018, p. 33) nos fala sobre essas duas faces da educação. Para a autora existe uma escola para os pobres e outra para as classes dominantes. Dessa forma a escola para os pobres oferece “uma educação que garante minimamente o conhecimento necessário para o domínio das habilidades indispensáveis ao trabalho produtivo”, ou seja, condição necessária para manutenção das regalias da elite. Já a escola da classe dominante “prepara seus descendentes para o comando, para ocupar os melhores cargos e perpetuarem a posse dos bens”.

Na mesma direção Brito, Arruda e Contreiras (2015, p. 18677) nos falam sobre essa dualidade que perpassa o seio escolar, para os autores “todos têm a mesma capacidade de aprender, o que interfere são as condições sociais para esta aprendizagem, o contexto em que o indivíduo se encontra e sua realidade”. É injusto esperar que uma criança pobre que não tem acesso aos mesmos recursos que a criança das elites se desenvolva da mesma forma que está última, existe uma desigualdade gritante e é tarefa da escola acertar essas arestas, pois embora as realidades sejam distintas isso não impede que a criança pobre possa aprender o mesmo conteúdo, e é nesse sentido que os autores tecem a crítica a dualidade de conhecimentos ofertado pela escola, ainda nas palavras dos autores, “ a educação vem falhando, perpetuando a “escola para pobre” e “escola para elite”.

Cabe aqui frisar que a premissa desse trabalho não é a de desacreditar a escola, ou vê-la como instituição fadada ao fracasso, muito pelo contrário, acredito na escola como instrumento de transformação social, uma escola que se pretenda democrática e igualitária.

Uma escola compreendida enquanto espaço privilegiado da transformação social e que deve buscar a conscientização e formação dos sujeitos, ou seja formá-los na perspectiva da criticidade e consciência de sua realidade no mundo, não preso a visões fatalistas, como se sua situação não pudesse ser mudada, tampouco numa visão utópica como se a educação fosse a panaceia da pobreza, vendo-a mesmo como possibilidade da realidade que se tem e a partir disso que caminhos são possíveis serem trilhados. Grosso modo o que se espera é uma escola que eduque na perspectiva da transformação social, oportunizando ao sujeito a consciência de quem se é no mundo.

Uma escola justa e democrática deve formar um sujeito crítico e consciente de sua realidade, apontando caminhos para que este possa intervir, mudar ou superar as condições adversas, criando possibilidades na busca das condições necessárias para uma vida digna. (BRITO; ARRUDA; CONTRERAS, 2015, p. 18677)

Temos na contemporaneidade a presença de sujeitos que mesmo marginalizados conseguiram ingressar no ensino superior, e isso é fruto da instituição escolar. O pobre tem chegado à universidade, não só ele, mas o negro, o índio, aqueles que antes não podiam nem sonhar com tal realidade. É também sobre essa escola que estamos falando, é nesse espaço educativo que esses sujeitos conseguem ter acesso ao conhecimento, dito de outro modo, o que podemos perceber é que sim, a escola tem avançado em alguns aspectos.

A discussão aqui proposta é justamente para que caminhos de diálogos e reflexão sejam propostos e oportunizados. Podemos ainda não ter a escola dos sonhos, mas talvez a pergunta mais pertinente seja: O que podemos fazer a partir da escola que temos? Que ferramentas ou que políticas públicas têm sido criadas para deixarem o viver em sociedade mais igualitários?

Brito, Arruda e Contreras (2015, p. 18674) afirmam que “a educação se dá em diferentes espaços e a escola é um das quais crianças pobres, têm mais acesso, sendo esta a principal forma de educação”. A partir disso ressalto a importância do espaço educacional como lugar da transformação social, nossos jovens pobres têm chegado as universidades, a exemplo disso podemos citar a política de cotas das universidades públicas, que visa garantir o acesso a estudantes ao ensino superior por meio de ações

afirmativas, que tratam-se de um conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados ou excluídos socialmente em tempos antigos ou atuais.

Podemos na contemporaneidade ver a presença de atores sociais nos cursos superiores, o que outrora antes era inalcançável, devido as condições sociais. Essas medidas postas para amenizar as desigualdades sociais só são possíveis, graças a instituição primeira de ensino, a escola, como apontada acima a principal forma de educação de crianças pobres.

5. ESCOLA PÚBLICA E POBREZA

5.1 A função social da escola

Afinal o que a escola tem a ver com as questões de vulnerabilidade social instaladas em nossa sociedade? – talvez você me pergunte! – Silva e Weide (2014, p. 10) nos trazem a resposta, “a escola é uma instituição social”, ou seja, estabelece relação com a sociedade e para Saviani (1999, p. 41) “a escola é determinada socialmente”.

Pensar sobre isso nos leva diretamente a função social da escola, dito de outro modo, a que se propõe a escola? Para entendermos isso é preciso compreender que no decorrer do tempo as concepções de sociedade foram mudando, e tais mudanças geravam para a escola novas demandas sociais. Logo, só poderemos compreender a escola que temos e sua função social se passarmos a estudá-la dentro de uma conjuntura.

Em linhas gerais, Silva e Weide (2014, p. 49) afirmam que “a escola tem a função social de transformar a sociedade ou a de ajustá-la”. Os autores nos mostram que toda ação escolar, está sempre relacionada a uma conjuntura social, a “um modelo de escola, de sociedade e de mundo”, e as funções da escola vão se constituindo a partir desses fatores, a partir dos sujeitos sociais envolvidos no processo. Grosso modo a escola tem se colocado como aparelho criado para suprir as demandas postas pela sociedade, sejam elas quais forem, é como se a pergunta chave fosse sempre: Que tipo de cidadãos necessitamos no momento? Que conhecimentos lhe são necessários?

Conforme Silva e Weide (2014, p. 13) na trajetória de nossa instituição escolar alguns modelos pedagógicos foram se constituindo, os autores nos mostram que cada um desses modelos atribuía diferentes funções sociais à escola, esses modelos são a Escola Tradicional, a Escola Nova e a Escola Tecnista. Os autores nos dizem ainda que tais modelos trazem como função social “que a escola deve combater a marginalidade”.

Grosso modo, podemos dizer que, no que diz respeito à questão da marginalidade, as teorias educacionais podem ser classificadas em dois grupos. Num primeiro grupo, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. Num segundo grupo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização. (SAVIANI, 1999, p. 15)

Entretanto o termo “marginalidade” vai ter significados diferentes sob a ótica de cada uma dessas tendências pedagógicas, ou seja, cada uma delas “procura combater um tipo diferente de marginalidade”. Vejamos a seguir a tríade de teorias.

5.1.1 Escola Tradicional

Dando adeus ao século XIX e adentrando o século XX, nosso país havia abolido a escravidão, o governo imperial tinha sido extinto e vigorava agora um governo republicano. Silva e Weide (2014, p. 15) nos falam sobre esse período, afirmando que quando a Escola Tradicional vigorou “a sociedade se caracterizava por ter uma estrutura econômica mais agrária do que industrial”. Situando a escola tradicional no tempo, Leão (1999, p. 188) afirma que “ela surgiu no a partir do advento dos sistemas nacionais de ensino, que datam do século XIX, mas que só atingiram maior força e abrangência nas últimas décadas do século XX”.

Ainda conforme os autores Silva e Weide (2014, p. 15), “para a tendência tradicional, a marginalidade era associada à ignorância”, nesse sentido qualquer um que desconhecesse o conteúdo dos livros era considerado “marginalizado”, e a escola nesse aspecto era como uma panaceia, o “antídoto” para superar a ignorância.

Seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente. O mestre-escola será o artífice dessa grande obra. A escola se organiza, pois, como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural dos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos. (SAVIANI, 1999, p. 18)

A demanda posta pela sociedade para a escola era justamente tirar os sujeitos da ignorância, apresentar-lhe o mundo dos livros, mesmo que tais livros não dialogassem com suas vidas reais, nem tivessem um significado real, que ultrapassasse os limites da reprodução apenas, esvaziada de qualquer criticidade. Ainda nas palavras de Saviani (1999) “é marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido”.

5.1.2 Escola Nova (1932-1964)

A roda do tempo nunca para de girar e nós enquanto sociedade seguimos avançando – nem sempre de forma positiva, é importante frisar –, Silva e Weide (2014, p. 16) nos mostram que os ventos do capitalismo industrial chegam, ao Brasil, ou seja, os atores sociais não são mais aqueles que vivem da economia agrária, agora são “os burgueses, ligados ao comércio”.

Tal realidade demandava da escola um outro perfil de formação para os sujeitos, e eis que entra a proposta da Escola Nova, que combatia os currículos da educação tradicional, os vendo como “resquício medieval na educação”.

Di Giorgio (1989, p. 16) apud Silva e Weide (2014, p. 17) afirma que segundo os escolanovistas, o modelo tradicional era adaptado “a uma sociedade estática, que formava indivíduos unicamente capazes de reproduzir o já existente, indivíduos sem iniciativa própria, indivíduos todos iguais”. Para o autor o ensino advindo da Escola Tradicional baseava-se na decoração, memorização e repetição.

Saviani (1999, p. 19) nos diz que “segundo essa nova teoria, a marginalidade deixa de ser vista predominantemente sob o ângulo da ignorância, isto é, o não domínio de conhecimentos”.

Silva e Weide (2014, p. 19) afirmam que “na Escola Nova a marginalidade foi associada a diferença, e se pretendeu, ao mesmo tempo, explicar a marginalidade pelo desajustamento e pela inadaptabilidade”. Nesse sentido a educação irá funcionar como meio de corrigir a marginalidade, na perspectiva de constituir uma sociedade onde os sujeitos independentemente das diferenças que tenham, consigam viver respeitando-se mutuamente, compreendendo as subjetividades em todas as suas singularidades.

Na esteira desse pensamento Saviani (1999) destaca que:

Forja-se, então, uma pedagogia que advoga um tratamento diferencial a partir da “descoberta” das diferenças individuais. Eis a “grande descoberta”: os homens são essencialmente diferentes; não se repetem; cada indivíduo é único. Portanto, a marginalidade não pode ser explicada pelas diferenças entre os homens, quaisquer que elas sejam: não apenas diferenças de cor, de raça, de credo, ou de classe [...] mas também diferenças no domínio do conhecimento, na participação do saber, no desempenho cognitivo. Marginalizados são os “anormais”, isto é, os desajustados e desadaptados de todos os matizes. Mas a “anormalidade” não é algo, em si, negativo; ela é, simplesmente uma diferença. Portanto, podemos concluir, ainda que isto soe paradoxal, que a anormalidade é um fenômeno normal. Não é, pois, suficiente para caracterizar a marginalidade. (SAVIANI, 1999, p 20)

O tipo de escola proposto nesse sentido, não conseguiu alterar efetivamente o sistema de ensino, uma vez que demandava um custo mais elevado do que a escola tradicional. Nesse sentido Saviani (1999, p. 21) relata que “a Escola nova organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite”.

Para tal funcionamento a organização da escola passaria por diversas mudanças, uma reformulação de seus moldes habituais, o professor perderia sua centralidade,

passando a agir como um mediador/orientador, essa ação no entanto dependeria da iniciativa primeira dos alunos, e tal iniciativa, em tese, dependeria de um ambiente estimulante, com acesso a ricos materiais didáticos, biblioteca, ou seja, um espaço que de fato inspirasse o desejo por se estudar, e se estudar o que se gosta.

Logo podemos notar que a pedagogia proposta pela Escola Nova não ia de encontro a realidade da população pobre, o que tínhamos mais uma vez era uma escola que dialogava com a realidade da classe dominante, Saviani (1999, p. 22) afirma que “a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites”. Ou seja, ao invés de solucionar o problema da marginalidade houve apenas um agravamento.

5.1.3 Escola Tecnista (1964-1983)

Com o passar dos anos os meios de produção foram se sofisticando, o que demandava outros conhecimentos, as fábricas chegaram e precisavam de mão-de-obra, - de preferência boa e barata -, logo a escola tinha outra missão mais urgente, Silva e Weide (2014, p. 21) nos contam que a escola ganhou então uma nova função social, “formar mão-de-obra para o trabalho industrial.

O marginalizado agora era o trabalhador que não possuía os conhecimentos necessários para atuar nas fábricas, e era preciso que a escola os tirasse da margem, os deixando aptos a operar o maquinário fabril. Nas palavras de Saviani (1999, p. 23) “essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional”.

Dentro desta conjuntura a educação estará contribuindo para a sociedade na medida que oportunizar aos sujeitos formas de superarem o problema da marginalidade, ou seja, quando ela passar a formar sujeitos eficientes, produtivos. Quando a escola consegue atingir esse objetivo Saviani (1999) relata que ela estaria assim cumprindo sua função de “equalização social”.

Nesse contexto teórico, a equalização social é identificada com o equilíbrio do sistema (no sentido do enfoque sistêmico). A marginalidade, isto é, a ineficiência e improdutividade, se constitui numa ameaça à estabilidade do sistema. [...] cabe à educação proporcionar um eficiente treinamento para a execução das múltiplas tarefas demandadas continuamente pelo sistema social. (SAVIANI, 1999, p. 25)

Podemos notar que a escola foi ganhando diferentes funções ao longo do processo histórico, cada uma respondendo a um modelo de sociedade esperado ou vivenciado em cada época. Depois destas ainda vieram outras teorias, as quais não nos deteremos aqui por não serem objetivo de nosso trabalho. No entanto compreender esses caminhos da escola nos ajudam a entender a escola que temos.

5.1.4 É possível articular a escola com os interesses dos dominados?

As funções sociais que a escola foi incorporando ao seu currículo via de regra eram respostas dadas a demandas que a elite dominante cobrava da instituição de ensino, podemos ver que conforme a sociedade avançou e conseqüentemente a forma de se trabalhar também evoluiu novas exigências foram necessárias serem pensadas para os sujeitos que a escola estava formando.

Retomando a indagação posta do título desse item, Saviani (1999) nos diz que:

Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 1999, p. 42)

Após nos debruçarmos sobre as teorias ficamos presos em um dilema, como se a escola estivesse fadada a reprodução, Silva e Weide (2014, p. 33) afirmam que “a escola é determinada socialmente pela classe dominante”, logo são os interesses desta classe que se sobrepõe ao funcionamento escolar, ainda nas palavras dos autores a classe dominante “tendo o poder, manipula ideologicamente o sistema educativo”.

Obviamente não entra na pauta da classe dominante a discussão sobre transformação social, o que se espera é a perpetuação do status quo vigente, pensando então a escola sob duas esferas, de uma lado os que pensam e do outro os que executam, nas palavras de Silva e Weide (2014, p. 34) “a escola passa a ser um espaço de conservadorismo e perpetuação das desigualdades sociais”.

Nesse sentido Ribeiro et al. (2019) nos alertam que:

Para realmente haver justiça social, precisa existir justiça cognitiva; para que as experiências sociais não sejam desperdiçadas e os conhecimentos ausentes estejam presentes. É urgente reinventar o conhecimento-emancipação; fazer com que os conhecimentos descredibilizados, invisíveis, estejam disponíveis; que a monocultura

do saber e do rigor seja substituída por uma ecologia dos saberes. (RIBEIRO; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 7-8)

Entretanto, em meio a conflitos e contradições, a escola pública avançou em seu papel social, são diversos os programas criados para a promoção de uma escola na perspectiva da transformação social.

Nesse sentido Saviani (2018), faz uma análise das iniciativas criadas pelos governos de Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma, no tocante a política educacional, irei me deter aqui aos governos mais recentes e alguns programas criados por eles. No governo Lula, tivemos a criação do Programa Universidade para Todos – PROUNI⁶, em 2007 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB⁷, apontado por Saviani (2018, p. 299) como “um importante avanço [...], pois ampliou sua abrangência para toda a educação básica”.

Temos ainda programas mais pontuais como o Programa Caminhos da Escola⁸. O próprio Programa Bolsa Família⁹, que são medidas de atenuar e em certa medida superar a disparidade que ainda se faz presente entre estudantes pobres. Hoje em nossas escolas temos acesso a livros didáticos gratuitos, a possibilidade de oportunizar o acesso a programas que visão trazer mais qualidade para a educação pública, como o programa mais educação por exemplo, que busca melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática, através da ampliação da jornada escolar, fazendo assim com que jovens e crianças permaneçam mais tempo dentro da escola.

⁶ O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação é um programa que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior. Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/>

⁷ Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Fonte: <https://www.fnede.gov.br/financiamento/fundeb>

⁸ O programa Caminho da Escola objetiva renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do DF e estadual de educação básica pública. Voltado a estudantes residentes, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, o programa oferece ônibus, lanchas e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nestas regiões, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte. Fonte: <https://www.fnede.gov.br/programas/caminho-da-escola>

⁹ “É um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família”. Fonte: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>

Então, sim, é possível articular a escola com os interesses das classes dominadas. Na contemporaneidade podemos perceber que a instituição escolar tem se aberto ao diálogo e ao enfrentamento das pautas das minorias, como a discussão sobre racismo, sexualidade, sobre a diversidade de um modo amplo. A escola tem entendido que os alunos que recebe são heterogêneos, perpassados por subjetividades que se encontram, se chocam, por vezes causam espanto e por fim podem ser entendidas como a riqueza de nossa cultura, tão diversificada e cheia de possibilidades.

É bem verdade que muito ainda precisa ser feito, e isso acontecerá por meio do diálogo, da construção de rupturas com um sistema burguês e autoritário. Trazer as pautas das minorias para o seio escolar tem sido um dos avanços importantes dado pela escola e isso me motiva a realizar uma pesquisa desta conjuntura. Nossas escolas estão vivas, e precisamos seguir avançando.

A escola é o lugar onde as camadas populares podem adquirir conhecimentos e habilidades que os dê condições de lutarem por “participação social, cultural e política, como possibilidade deles se afirmarem existentes, sujeitos (e não objetos), conscientes e politizados” (RIBEIRO; SILVA; ALMEIDA, 2019, p. 10), precisamos de um outro discurso que valorize os sabores plurais encontrados em nossa sociedade, e que que esses saberes sejam a porta de acesso aos demais conhecimentos a disposição da humanidade.

Conforme nos alerta Freire (2019):

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem ser, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. [...] Não se percebem, quase sempre, conhecendo, nas relações que estabelecem com o mundo e com os outros homens [...]. (FREIRE, 2019, p. 69)

Dessa forma precisamos que a escola esteja inconformada com a realidade social, e que nesse sentido eduque na perspectiva da consciência política, conforme Ribeiro, Silva e Almeida (2019, p. 10) quando falam sobre a emergência de se pensar uma teoria crítica educacional, e advogam por “uma educação que tenha como ponto de partida o caráter histórico e a historicidade do indivíduo”. Nesse sentido é necessário que a escola repense a forma como tem representado a população e que reflita sobre a condição humana, e que assim os eduque na perspectiva da transformação social.

5.2 Escola diante da pobreza

As demandas da escola efetivamente são muitas e seu desafio mais preeminente é o de educar para e além dos muros da escola, é educar para a vida. Não estranhamente ao longo dos anos a escola e o currículo escolar vem sofrendo críticas diversas a respeito de como ela tem se organizado nesse sentido e que tipo de sujeitos ela tem formado.

Nesse aspecto, autores como Arroyo (2015), Leite (2015), Baena (2017), Gonçalves (2017), entre outros, tem discutido a importância de o currículo escolar pensar na diversidade que encontramos nas salas de aula. Pensar nessas subjetividades implica pensar em como tornar o conhecimento significativo para aqueles que o recebem. E isso só é possível se a escolar partir do real, do aluno que tem e não do aluno que almeja, ou de quem está vivenciando uma realidade de privilégios em detrimento de outros que vivem em situações de privações diversas.

É importante frisar ainda que além de um conhecimento significativo é emergente que esse conhecimento ofertado pela escola seja também de transformação social, ou seja, uma práxis transformadora, que traga consigo um processo reflexivo. Nas palavras de Freire, (2019, p. 52) “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”.

Dito isto ressalto a importância e emergência da escola discutir as questões da pobreza em seu currículo, pois em seu universo educacional ela é composta por atores sociais que vivenciam essa realidade, se a escola por sua vez não dialoga com a realidade dos que a compõem ouso dizer que ela falha com sua função social.

Buscar entender a educação, desigualdades sociais e pobreza no âmbito da organização escolar, justifica-se, pois, mesmo sendo um tema considerado complexo, não é impossível, pois vem atentar para atores sociais que sentem a pobreza, as desigualdades e por estas circunstâncias são subjugados e inferiorizados. (BAENA; GONÇALVES, 2017, p. 28)

Frente a essa justificativa não podemos esquecer da dimensão da construção histórico-social da pobreza e nesse sentido reconhecermos que a pobreza se revela no dia a dia e ela não se dissocia da escola, não podendo esta se dissociar da pobreza, Fiorentin e Thiesen (2017, p. 166) afirmam que a “precarização da pobreza, acontece em um cenário onde a escola também trabalha questões pedagógicas e curriculares”, no entanto

a escola não tem dado a devida atenção para as questões das desigualdades sociais e a pobreza.

Arroyo (2015, p. 19) elucida que “como professores/as, educadores/as e gestores/as, assumimos nosso dever profissional de garantir o direito dos/as alunos/as ao conhecimento”. O pressuposto básico desse conhecimento é o de compreensão de mundo no contexto histórico, dito de outro modo, quem sou e a partir de que fatos históricos me constituo enquanto sujeito? Continuarmos com o discurso de que somos da forma que somos meramente por vontade divina não é respaldo mais para a escola se sustentar.

Nesse sentido “saber-se pobre”, - expressão trazida por Arroyo (2015), se configura como um direito social. Ainda nas palavras do autor “o saber-se pobre é o discernimento mais persistente nas vidas, no passado no presente das famílias e comunidades empobrecidas”. E é dever da escola garantir-lhes esse direito.

Ofertar apenas os conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade não bastam na composição dos currículos, é responsabilidade da escola extrapolarem os muros dos conteúdos e estabelecerem verdadeiros diálogos entre esses conteúdos com as vivências de pobreza presentes na humanidade.

Fiorentin e Thiesen (2017, p. 166) compreendem que “a escola, para as famílias pobres, se constitui em um lugar privilegiado, onde as crianças podem ter acesso ao conhecimento”, conhecimento este que segundo os autores pode trazer para esses sujeitos “uma possibilidade de sair da situação de pobreza”.

É importante destacar aqui o uso da palavra ‘possibilidade’, trazida na citação anterior, isso por que de fato é apenas uma possibilidade, não existem garantias efetivas que unam acesso a conhecimento com ascensão social, existem outros fatores a serem avaliados e discutidos.

Nessa direção Baena e Gonçalves (2017, p. 42) alertam que “somente a escola não dará conta das questões da desigualdade e da pobreza”, e talvez você se indague dos motivos para trazer essa discussão para o seio escolar, os autores nos respondem que “sua discussão dentro da instituição pode fazer despertar os sujeitos para o enfrentamento”.

Partindo do pressuposto apontado pelos autores, de que a escola sozinha não dará conta das dimensões da pobreza, destaco aqui a importância de se trabalhar em rede. A escola nesse sentido precisa da colaboração e participação de vários outros atores sociais em parcerias com diversas instituições, construindo uma verdadeira rede de apoio a esse ‘enfrentamento da pobreza’, que se faz tão necessário em nossa sociedade.

Como exemplo de atuação em rede podemos citar a REMAR – Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba¹⁰, que diante de um universo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que moravam nas ruas percebeu a necessidade de construir um trabalho que em parceria com outras instâncias do governo (ou não) pudesse ajudar em um possível enfrentamento de tal realidade.

Essa percepção foi possível através do projeto “Escola vai à rua”, realizado pela Secretária de Educação de João Pessoa, a partir de 2001, notou-se então o cenário de excluídos, abrigados nas ruas, - meninos e meninas.

Bassanezi e Delaini (2015) nos falam que:

[...] se percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho que mobilizasse outras instâncias do governo e da sociedade civil organizada, para integrar os serviços de Educação, Ação Social, Saúde e ONGS, com o objetivo de articular a formação de uma Rede para o enfrentamento da realidade das crianças e adolescentes em situação de alto risco. (BASSANEZI; DELAINI, 2015, p. 16)

São projetos como esse que propiciam maiores ferramentas para que a escola chegue cada dia mais a uma quantidade maior de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, são ações em rede que oportunizam uma grande teia de ações maiores que nos ajudam a amenizar um problema tão sério e presente em nossa sociedade.

A discussão da pobreza atrela-se também a questão da permanência do aluno na escola, nem todos podem continuar estudando, alguns precisam escolher entre ajudar os pais ou estudar, e entre um e outro já sabemos quem vence, o mais urgente, ir trabalhar com os pais significa colaborar no sustento da casa de forma mais imediata.

Precisar trabalhar desde cedo para ajudar no sustento familiar é um dos obstáculos que perpassam a vida de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Arroyo (2015) ao refletir sobre essa perspectiva destaca que as Diretrizes Curriculares de Educação Básica e as Diretrizes Curriculares de Formação Docente, compreendem a educação como elemento fundamental para combater a pobreza, entretanto a escola continua não tendo espaço para as vivências da pobreza, e para uma reflexão que compreenda sua produção histórica.

Buscar essa compreensão é um dos desafios da instituição escolar, por isso é tão importante as políticas públicas que visam atenuar esses abismos que se constroem em

¹⁰ A REMAR é uma articulação de organizações governamentais e da sociedade civil. Surgiu em 2003 e ampliou sua atuação para responder ao Artigo 86 do ECA “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios”. Fonte: <http://redemargarida.blogspot.com/>

torno de sujeitos pobres, nesse sentido destaco por exemplo o Programa Bolsa Família, que se torna para muitas famílias a principal fonte de renda para sobreviver.

Nesse aspecto Santos (2017, p. 240) afirma que “existe a necessidade de uma reflexão sobre a pobreza no âmbito escolar”. Isso porque o motivo da existência da pobreza é tido como responsabilidade dos grupos empobrecidos. Nas palavras de Baena e Gonçalves:

Quanto ao motivo da existência da pobreza, é importante ressaltar que é dito como verdadeiro aos grupos empobrecidos que a única e exclusiva responsabilidade de todos os flagelos por eles sofridos é deles mesmos, que são eles os causadores; são negados a eles os conhecimentos e os processos históricos de dominação, que, ao culpabilizar o pobre ou aquele que se encontra em situação desigual, não vêm sanar estas desigualdades, tornando-as ainda mais vigentes. (BAENA; GONÇALVES, 2017, p. 26-27)

Há de fato um déficit com a forma com que a escola tem lidado com as questões de desigualdades sociais, mesmo as tendo presente em seu cotidiano. Percebe-se a emergência de se buscar compreender as vivências da pobreza e das desigualdades sociais por parte daqueles que as enfrentam diariamente.

Essas vivências aparecem nos corpos daqueles que chegam à escola, são crianças, jovens, adolescentes, marcados por uma vida precária, tendo por vezes que se conformarem com uma única refeição por dia, são vida frágeis, marcadas pela dor, pelo sofrimento, pelo acaso da vida.

A escola é uma instituição social, e como tal, no decorrer do tempo vem perpetuando e reproduzindo uma certa naturalização da pobreza, educando não para a superação, infelizmente a escola tem naturalizado as hierarquias, quando na verdade deveria estimular a criticidade, a forma de ver e enxergar o mundo de seus educandos/as, extrapolando assim o que se cunhou no senso comum, onde se pensar as desigualdades sociais é incumbência apenas do governo, é sua obrigação, – também é, isso indiscutivelmente – no entanto a sociedade como um todo tem sua parcela de contribuição nesse aspecto.

É necessário que pensemos em estratégias para que possamos chegar ao ponto central do problema, trazendo algum reparo a toda essa situação, pois conforme Fiorentin e Thiesen (2017, p. 162) “os pobres não são apenas marginalizados, são excluídos”.

Arroyo (2015, p. 10), nos fala sobre romper com os limites e as possibilidades, na dimensão entre currículo e pobreza, ele nos elenca dois fatores que nos ajudam a desconstruir uma visão elitizada de pobreza.

Primeiro ele nos propõe “romper com a concepção moralizante da pobreza”, tarefa difícil – porém necessária –, uma vez que é frequente ouvirmos discursos e relatos a respeito de como pessoas em situação de vulnerabilidade social tendem a repetir o “círculo de pobreza” – expressão trazida pelo autor – acreditando que eles reconstroem sempre as mesmas visões e que a partir disso estão sempre a margem da evolução da sociedade, desconsiderando assim a vida real, aquilo que muitas vezes não é dito, mas é algo presente em nosso meio social. Precisamos romper com esse conceito e passar a tratar alunos e alunas pobres com dignidade em nossas escolas, tendo assim sua pobreza “compreendida como fruto de relações sociais injustas”.

Como um segundo item o autor nos fala sobre “rompermos com a concepção hegemônica do conhecimento”, vivemos o momento da verdade científica, o auge da modernidade, e existe uma crença de que os pobres não produzem conhecimentos válidos, dessa forma são entendidos apenas como meros reprodutores. Nas palavras de Arroyo (2015, p. 11) essa concepção de conhecimento compreende os pobres apenas como aqueles que reproduzem “crenças, opiniões, magias, idolatrias, entendimentos intuitivos ou subjetivos”, o que dessa forma, “são incomensuráveis e incompreensíveis por não obedecerem aos cânones científicos de verdade”.

Dessa forma os currículos acabam por ignorar a pobreza, e não atentam a possibilidade de traçarem uma nova compreensão a respeito das vivências de pobreza, nem tomam o pobre como objeto de conhecimento, como sujeito que vive sobre o meio, que age sobre ele, que produz saberes, que dialoga, tomá-los então como sujeitos pensantes. Precisamos repensar essas questões pois se quisermos construir uma relação entre currículo e pobreza precisaremos, certamente, falarmos sobre a pobreza, não apenas pelo olhar de quem está no topo mais de quem a vive todos os dias.

O direcionamento da escola ideal é por uma construção coletiva de um sistema educacional democrático voltado para as necessidades do aluno ante o da sociedade capitalista. Uma educação que oriente, instrua e qualifique seus estudantes para os direitos humanos, para o trabalho, para a família (sejam eles quais forem os arranjos), e a partir deste ponto para a sociedade. (BAENA; GONÇALVES, 2017, p. 31)

Se a escola não repensar esses fatores estamos propensos a permanecermos no mesmo lugar, tendo dois tipos de educação, uma que forma uns para o mercado de trabalho, leia-se mão-de-obra, e outros para o mundo das letras e do conhecimento. Uma educação que leva uns a obedecer e outros a pensar. Ao fazermos isso estamos tratando

as desigualdades como se não as víssemos, e seguimos ignorando grupos sociais que a muito são marginalizados em nosso meio social.

Precisamos pensar em uma escola, ou seja, em um currículo que forme não apenas para o trabalho, mas também para os direitos humanos, dito de outro modo, uma escola que forme para a cidadania, pois como nos alerta Souza e Berger (2017, p. 76) “a escola não contribui para que os sujeitos que vivenciam e constituem-se na pobreza, possam saber-se pobres”.

Isto porque pensar um currículo que forme para os direitos humanos e para a cidadania é pensar em um currículo que compreenda a pobreza e a perceba como um fenômeno que surge e se constitui dentro de um processo histórico, e ela é resultado desse processo. É preciso superar a visão subjetiva da pobreza, onde não existe outra possibilidade que não o conformismo por parte daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

Autores como Arroyo (2015), Baena e Gonçalves (2017) e Souza e Berger (2017), por exemplo, vão sempre reforçar em seus escritos que a compreensão por parte do sujeito sobre sua condição de pobreza é o ponto de partida para que ele possa a partir disso visualizar possibilidades de sair dessa condição.

Essa compreensão apontada pelos autores/as está vinculada a uma definição de pobreza que se explica aos nos debruçarmos sobre os processos históricos de afirmação e perpetuação da pobreza que embora injustos foram sempre maquiados com eufemismos que buscavam apenas a manutenção da pobreza.

Como já foi dito neste trabalho a classe dominante sempre buscou justificações para o estado de vulnerabilidade social, e via de regra nessas explicações o único responsável pela condição de pobreza existente sempre foi o próprio sujeito que a vivencia. Nesse sentido alguns discursos foram sendo difundidos em nossa sociedade, logo se disseminou algumas ideias sobre os pobres, a saber: “é pobre porque quer”, “é pobre porque trabalha pouco”, “é pobre porque é preguiçoso”, “porque não estuda”, entre tantos outros que poderíamos citar. Não obstante esses ainda se fez uso da fé, e passou-se a justificar a pobreza como desejo divino, e por isso passível de aceitação imediata e sem questionamentos.

É sobre essa historicidade da pobreza que a escola precisa estar atenta, e é direito do sujeito pobre ter consciência que sua condição de pobreza na verdade é fruto de relações sociais desiguais e injustas. Confrontar esse arcabouço de conhecimento histórico com a realidade do presente podem oportunizar ao sujeito a compreensão dos

direitos que lhes são garantidos pelo Estado e sobretudo pela Constituição Federal (1988). Só tendo conhecimento sobre quem se é será possível cobrar dos órgãos competentes que cumpram com a função para qual foram designados, a escola pode ser a ponte nesse processo, a esse respeito Souza e Berger (2017) afirmam que:

[...] é imprescindível que a escola cumpra seu papel, que é formar para o exercício da cidadania. Ou seja, quando a escola percebe o seu aluno como sujeito construído social e historicamente, ela lhe possibilita o acesso a conhecimentos que expliquem esta condição, capacitando-o a perceber-se como sujeito capaz de sair da condição em que se encontra e, inclusive, contribuindo para seu próprio processo de formação escolar. (SOUZA; BERGER, 2017, p. 79)

Sobre os pobres muito se tem falado e discutido, em muitos momentos da história em uma caminhar onde passado e presente se entrelaçam eles são pensados como um grupo sem potencial, compreendidos como aqueles que de nada sabem e dessa forma lhes é ofertado, muitas vezes, uma educação limitada a leitura e escrita, no sentido mais básico da palavra, faltando-lhes o que Freire (2019) chamou de leitura do mundo, compreensão de quem se é.

Arroyo (2015) utiliza a expressão “currículos que se articulam com a pobreza”, ou seja, currículos que reconheçam que a pobreza tem história, e que no decorrer dos anos ela vem sendo reproduzida através de relações sociais que corroboram para a desigualdade, nesse aspecto um currículo que se articule com a pobreza é um currículo que reflita sobre como a pobreza não é um dado natural, ou que caiu do céu como punição divina perante os pecados da humanidade, mas que sim é fruto de relações sociais.

Desta forma podemos passar a refletir sobre o tipo de currículo que temos perpetuado em nossas escolas, pensar esse fator com base em uma indagação: quem são os pobres em nosso país? E para além disso, a quem interessa que a pobreza se perpetue na linha histórica da sociedade?

Afinal, o que nós, enquanto sociedade, a partir da realidade que temos podemos fazer para a efetiva promoção da transformação social de quem tem tão pouco, e que muitas vezes não tem nada?

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir acerca da relação entre educação e pobreza nos leva a perceber como elas estão juntas e como tem caminhado lado a lado no decorrer dos anos, seja sendo silenciada, maquiada, justificada, ou denunciada, refletida, dialogada. No decorrer deste trabalho refletimos sobre pobreza e educação e nesse sentido analisamos a escola e sua função social, desta forma foi observado o processo de construção-histórico social da pobreza, e foi possível perceber que a pobreza tem história, ela é fruto de relações sociais desiguais e injustas que vem se perpetuando no decorrer do tempo.

A partir da leitura dos autores aqui citados no decorrer de todo o texto foi possível perceber a urgência de refletir sobre a escola que temos e que sujeitos ela tem formado. Neste sentido, desenvolvemos uma crítica a respeito de como a escola tem desenvolvido seu trabalho em relação à pobreza. Nessa crítica reconhecemos práticas e políticas de enfrentamento da pobreza, mas, também, identificamos situações em que esta mesma escola acabou desenvolvendo processos de exclusão.

A população pobre ou extremamente pobre ainda é um fato real em nosso país. Muitas pessoas nem têm noção da situação em quem vivem, cresceram embaladas na melodia do “Deus quis assim”. Romper com essa cultura que oculta com eufemismos as verdadeiras causas da pobreza é uma tarefa necessária a ser assumida pela escola e que todos/as educadores/as devem estar atentos.

O exercício de escrever um texto acadêmico sobre essa temática em meio a uma pandemia nos deixou ainda mais próximos do problema. Foi doloroso perceber como a pobreza se mostrou ainda mais evidente e de forma mais gritante em nosso contexto social, quando tivemos a oportunidade de encontrar famílias que não tinham o que comer, tampouco onde buscar.

É necessário desconstruir os discursos de que a pobreza fosse um fenômeno sobrenatural. Muitos desses discursos servem apenas para a manutenção de um controle de corpos de seres humanos que vivem nos limites, no limite de não ter comida, no limite de não ter saúde, no limite de não ter educação, da moradia, de uma vida digna como assegurada no campo teórico da Constituição Federal (1988).

Não existe outro caminho senão o de uma educação emancipadora que oportunize a transformação social, caso contrário permaneceremos na mesmice de dias que se seguem sem que mudanças cheguem as grandes massas de nossa população.

A visão moralizante de pobreza enaltece a meritocracia, a usando como muleta para fortalecer seus discursos que culpabilizam aqueles que se encontram na marginalidade social. É apenas uma forma do Estado se omitir de suas obrigações para com a sociedade e assim ter como forma de reserva um grupo de cidadãos que trabalham muito, ganham pouco e não reclamam de sua situação, no mínimo se sentirão culpados.

O fato é que as subjetividades não são as mesmas e antes de falarmos sobre méritos individuais é preciso que reflitamos sobre o contexto histórico, sobre como vivem essas pessoas, que memórias, que experiências e acima de tudo, que oportunidades tiveram? Que tipo de educação lhes foi ofertada? Foram formados para o mundo das ideias ou para (e unicamente) o mercado de trabalho?

A pesquisa nos levou por diversos momentos históricos, e os autores nos ajudaram a perceber a anormalidade da pobreza, no sentido de que é preciso criar uma estranheza ao que popularmente se naturalizou. A pobreza, por fim, não é natural, mas produção social, injusta.

Nesta perspectiva foi fundamental a reflexão desenvolvida por Arroyo (2015) ao defender a urgência e necessária revisão do que popularmente entendemos por pobreza, sobretudo quando a olhamos sob a ótica da meritocracia, o autor vai nos levar então a repensarmos as visões moralizantes da pobreza na perspectiva de compreendê-las enquanto fruto de relações sociais que vem se perpetuando no percurso histórico.

Também Leite (2015) nos traz uma reflexão necessária a respeito dos que vivem nos limites da sobrevivência, apresentando que mesmo amparados pela mesma legislação crianças e jovens tem acesso diferenciado aos direitos e deveres que lhes são assegurados, e esse diferencial para muitos se materializa no campo da desigualdade lhes falta saúde, educação, lhes falta o mínimo para viver dignamente.

Em relação à escola, foi possível perceber que temos avanços consideráveis no campo social, e eles foram possíveis graças a instituição escolar, no entanto podemos notar que a escola ainda pode fazer mais, repensar seus currículos se mostrou como uma primeira ação necessária, na perspectiva de que a escola reflita que sujeitos tem formado e para que. É urgente formá-los para a transformação social e ao meu ver essa transformação começa na escola, com acesso a conhecimento e educação de qualidade.

Diante de todas essas teorias, é possível afirmar que a função social da escola pública brasileira em relação à pobreza é promover o acesso a educação de qualidade para todos, na perspectiva da transformação social, extrapolando a educação que apenas mantém o status quo vigente, - onde temos uma escola para pobre, outra para rico. A

função social da escola é construir caminhos possíveis para que crianças e jovens tenham acesso de fato a uma educação emancipadora. É função social da escola pública brasileira formar sujeitos críticos e conscientes de sua realidade.

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Pobreza, desigualdades e educação. Módulo Introdutório. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília – DF: MEC, 2015.

_____. Pobreza e currículo: uma complexa articulação. Módulo II. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e desigualdade social**. Brasília – DF: MEC, 2015.

BAENA, Rodrigo A. da Silva; GONÇALVES, Gisele Carreirão. Educação, Pobreza e Organização Escolar: As vivências da pobreza e desigualdade social no projeto político-pedagógico. In: GARCIA, Aldir Valdemar. et al. **Formação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: propostas de intervenção no âmbito escolar**. Florianópolis – SC: NUP/CED/UFSC, 2017. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social, v. 5.)

BASSANEZI, Inez Eunice; DELAINI, Lorenzo. **Educação e inclusão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: monitoramento em Rede** – João Pessoa: CCTA, 2015.

BELLO, Suzulei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; SILVA; Rosemary Cristina da; PIZZANI, Luciana. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas – SP, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_28>.

Acesso em 10 mai 2020.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social: Projeto Político pedagógico**. Ministério da Educação e Cultura- SECADI. Brasília. 2014.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 04 abr 2020.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 jun 2020.

BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola, pobreza e aprendizagem: reflexões sobre a educabilidade**. EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf>. Acesso em: 22 jun 2020.

CARARO, Marlene de Fátima; SIMÕES, Renata Duarte; VIEIRA, Alexandro Braga. Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social na Ufes: (Des)caminhos, tensões e ousadias em terras capixabas. In: GARCIA, Aldir Valdemar. et al. **Formação e Pesquisa no Âmbito da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social**. Florianópolis – SC: NUP/CED/UFSC, 2017. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social, v. 3.)

CRISE pode lançar até 326 mil crianças ao trabalho infantil na América Latina e Caribe. Nações Unidas Brasil. 12 jun 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/crise-pode-lancar-ate-326-mil-criancas-ao-trabalho-infantil-na-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em 22 jun 2020.

DUARTE, Natalia de Souza. **Política Social: um estudo sobre educação e pobreza**. 2012. 260 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

FIORENTIN, Marcos; THIESEN, Juarez da Silva. Globalização, Pobreza e Direitos Humanos. In: GARCIA, Aldir Valdemar. et al. **Formação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: propostas de intervenção em Direitos Humanos e cidadania**. Florianópolis – SC: NUP/CED/UFSC, 2017. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social, v. 4)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 68 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 25 ed. São Paulo, 1996.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais**. Científic@ - Multidisciplinary Journal, Anápolis – GO, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/1921>>. Acesso em 24 abr. 2018.

LEÃO, Denise Maria Maciel. **Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista**. Cadernos de Pesquisa, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2020.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistência da Pobreza. Módulo I. **Curso de Especialização em Educação, pobreza e Desigualdade Social**. Brasília – DF: MEC, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Zélia Maria Melo de Lima. **Escola como espaço de transformação: a articulação da educação, pobreza e desigualdade social no currículo escolar**. Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales. 2017. Disponível em: <<http://scielo.iics.una.py/pdf/riics/v13n2/2226-4000-riics-13-02-00239.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SANTOS, Maria Escolástica de Moura. **Relações históricas entre trabalho, educação e pobreza**. Teresina: EDUFPI, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Simon_Schwartzman/publication/224771519_As_causas_da_pobreza/links/5be1b73d4585150b2ba2e506/As-causas-da-pobreza.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2020.

SILVA, Sabrina Boeira de; RAPOPORT, Andrea. **Desempenho escolar de crianças em situações de vulnerabilidade social**. Revista Educação em Rede: formação e prática docente. v. 2, 2013. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/article/view/410>>. Acesso em: 2 mai. 2020.

SILVA, Adnilson José da; WEIDE, Darlan Faccin. **A função social da escola**. Unicentro. Paraná. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/945/5/Fun%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Escola.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SOUZA, Jaqueline Rodrigues de; BERGER, Daniel Godinho. Saber-se pobre e compreender a pobreza: desafios do currículo frente aos sujeitos pobres. In: GARCIA, Aldir Valdemar. et al. **Formação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social: propostas de intervenção no currículo escolar**. Florianópolis – SC: NUP/CED/UFSC, 2017. (Educação, Pobreza e Desigualdade Social, v. 6)

TRISOTTO, Fernanda. **Décadas de retrocesso: como a Covid-19 vai ampliar a pobreza e a desigualdade no país**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/pobreza-desigualdade-social-brasil-covid-19/>>. Acesso em: 07 ago. 2020.